

A batalha das palavras (III): Camelô não!!! Microempreendedor

Gabriel Schütz

[Doutor em Saúde Pública. Professor da UFRJ
Universidade Federal do Rio de Janeiro]

Como vimos antes, através dos eufemismos que ajudam a disfarçar as relações (cada vez mais) assimétricas de poder, a colonização neoliberal da linguagem transformou os trabalhadores assalariados em “colaboradores”. Desta vez, nos ocuparemos do significante “empreendedor”, que busca ocultar a precariedade das condições de trabalho daqueles que, de um modo ou outro, ganham a vida por meio de atividades relativamente autogerenciadas.

Começaremos dizendo que, nas primeiras décadas do século XXI, resulta muito difícil estabelecer uma taxonomia inequívoca das relações trabalhistas. A linha que divide aqueles que recebem salário dos que geram a sua renda em forma autônoma tem se desmanchado a tal ponto que, em alguns casos, o trabalhador foi convencido de que não é mais um empregado a receber salário, e sim um autônomo que fatura pelo serviço prestado à firma. Inclusive, no serviço público, existe a convivência de diferentes vínculos de contratação trabalhista. Tudo isto dificulta ainda mais a compreensão do sentido do trabalho; a união/unidade dos trabalhadores; e a compreensão dialética da luta de classes por parte dos oprimidos. Por este caminho, o trabalhador autônomo vem perdendo direitos e garantias. Deverá estar disponível e conformado não apenas com horários imprevisíveis em regime de irregularidade dos dias em que, de fato, terá serviço, mas também ao condicionamento de que qualquer risco relacionado com a sua atividade corre por sua conta. Quando os meios de produção (das instalações aos equipamentos) são propriedade de quem contrata, ainda estamos a falar em “colaborador”, num amplo leque de nuances relacionais, como os trabalhadores de aplicativos (carona, entregas, etc.) que, embora tenham independência para decidir seus horários, dependem de uma tecnologia alheia. Assim, a semiótica do empreendedorismo se aplica melhor aos trabalhadores autônomos, em geral, donos de seus meios de produção, e que se transformam em microempresários de si próprios ou ao comando de um pequeno grupo de “colaboradores”. Neste momento, vale destacar que nossa crítica não é dirigida ao conceito de empreendedorismo – necessário para o desenvolvimento de uma economia política –, como também não o foi, oportunamente, dirigida ao conceito de colaboração. Nosso escopo é desvelar o esvaziamento do sentido desse significante através de processos de ressignificação que equiparam as atividades econômicas periféricas e marginais com as atividades centrais da economia capitalista.

Pretendemos, sim, desvelar a fetichização das precariedades tanto do subproletariado urbano quanto do chamado “exército de reserva” de trabalhadores temporariamente desempregados chamados a um empreendedorismo que, supostamente, os transformará em empresários, que os libertará da opressão para “ser seu próprio chefe”. Há, porém, notáveis diferenças em termos de oportunidades e de vulnerabilidades entre o contingente subproletário e os trabalhadores desempregados.

Não há como equiparar as condições de produção de uns e de outros. Esse é o ponto do fetichismo.

Evidentemente não é a mesma situação de prestígio social para quem, por exemplo, conta com estrutura material e cognitiva necessária e suficiente para iniciar uma produção de cerveja artesanal em relação, por exemplo, a quem recebeu apoio da aliança Estado/capital para deixar de fazer catação de lixo independente e passar a formar uma cooperativa de recicladores a serviço de algum interesse particular. No entanto, ambos “empreendedores” ainda estarão na periferia da produção capitalista, mas acharão que seus interesses são os mesmos que os do capital.

O catador, a modo do que Marx chamava “lumpen”, dificilmente ingressará algum dia no circuito central da economia capitalista; já o produtor de cerveja pode até virar um microempresário local e fazer seu empreendimento crescer em termos de acumulação de capital. Contudo, como acontece com os garotos que sonham em se converter um dia em astros de futebol, essa sorte não é para todos os que a anseiam alcançar.

Essa é, na verdade, uma ilusão permanentemente imposta pelos *mass média* e reforçada pela teologia da prosperidade neopentecostal, e conduz à construção e legitimação de um senso comum individualista, meritocrático, despolitizado e a-histórico. Desta forma, aqueles “empreendedores”, que deram certo nos períodos em que se ampliaram os quinhões distributivos e se derramou riqueza na base social, estão convencidos que a causa do seu sucesso foi seu próprio mérito e esforço, quiçá também, a benção de algum deus de sua devoção. Mas nunca associado a alguma política social, a alguma ação coletiva. Hoje, sentindo-se prejudicados pelo ajuste neoliberal que faz distribuições regressivas da renda, o mesmo senso comum autocentrado não lhes permite questionar-se que, além do seu inegável esforço individual, a ação política orientada ao social era, sim, determinante para o seu “sucesso”.

Nessa hora, mais uma vez, os dispositivos comunicacionais conseguirão impor um roteiro (no caso, “a corrupção populista”) que lhes fará mais sentido e os carregará de ódio de classe, ódio dirigido contra a sua própria classe de pertencimento.

Apresentamos assim, mais uma batalha cultural perdida.
Quanta falta nos faz Paulo Freire! ■■■

OBS. Os textos expressam a opinião de seus autores, não necessariamente coincidente com a dos coordenadores do Blog e dos participantes do Fórum Intersindical. A cada reunião ordinária, os textos da coluna Opinião do mês são debatidos, suscitando divergências e provocando reflexões, na perspectiva de uma arena democrática, criativa e coletiva de encontros de ideias em prol da saúde dos trabalhadores.